

DECLARAÇÃO DE JARABACOA  
OS CRISTÃOS E A AÇÃO POLÍTICA

Sob a direção de Deus e convocado pela FTL, um grupo de evangélicos, entre os quais teólogos e políticos da América Latina, nos reunimos em Jarabacoa, República Dominicana, nos dias 24 a 28 de maio de 1983, para refletirmos sobre o tema "A Teologia e a Prática do Poder". Desfrutamos do companheirismo cristão e das bênçãos resultantes do intercâmbio de experiências diversas.

Reconhecemos nossas limitações passadas e presentes, ao relacionarmos nossa fé cristã com uma ação política concreta.

Reconhecemos e lamentamos a generalizada apatia e indiferença do povo evangélico latino-americano, no que tange às realidades sociais e políticas de nossos países. Temos consciência de que diversas razões têm influído para esta apatia e indiferença. Não há dúvida de que observamos um recente interesse nestes assuntos como uma evidente ação do Espírito Santo, através do qual tal interesse deve ser aprofundado e alentado.

O diálogo criativo e a séria reflexão desenvolvidos em nosso encontro nos chamaram, uma vez mais, à responsabilidade no campo político, não apesar da nossa fé, mas sim por causa desta.

Reafirmamos nossa firme convicção de fé nas Sagradas Escrituras e, dentro da tradição da Reforma, proclamamos o senhorio de Cristo sobre o indivíduo e sobre a sua igreja. Com a mesma força confessamos que Ele é o Senhor de toda a realidade criada. Consideramos que o poder redentor e renovador de Cristo afeta, não somente o indivíduo, como também a esfera social, econômica, cultural e política nas quais este se desenvolve.

Creemos que o campo político, apesar da sua importância, é onde menos temos levado as respostas que Deus oferece na sua Palavra. Com o Pacto de Lausanne, proclamamos que "a salvação que alegamos possuir deve estar nos transformando na totalidade de nossas responsabilidades pessoais e sociais. A fé sem obras é morta".

Como discípulos de Cristo, sentimos que seu mandato de "ir por todo o mundo e fazer discípulos" envolve, muito mais que a proclamação e como parte desta, o cumprimento de uma missão de encarnação e serviço. Nosso lugar é o mundo, onde devemos atuar como sal e luz.

Estamos conscientes de que, para levar a-vante esta tarefa, precisamos contar com a constante presença do Senhor, que vive e é vitorioso. Com a força de seu Espírito obteremos sabedoria e recursos para agir conforme a sua vontade, neste nosso tempo.

Como fruto destas reflexões, e com espírito de humildade e amor cristão, atrevemo-nos a apresentar ao povo evangélico latino-americano esta Declaração.

## I. PRINCÍPIOS BÍBLICO-TEOLÓGICOS

### 1. A Criação

#### 1.1 Deus é o criador e sustentador de to-

das as coisas, como também o Senhor de sua criação e da história.

- 1.2 Deus criou o ser humano como o ápice de toda a sua obra e dotou-o de uma dignidade que transcende qualquer fator circunstancial.
- 1.3 O ser humano foi criado para viver em comunidade e só atinge o seu pleno desenvolvimento numa relação de amor com os demais (família, igreja, povo, etc).
- 1.4 O ser humano foi criado por Deus com a capacidade de realizar um trabalho criativo, achando neste uma fonte de prazer, realização pessoal e satisfação de suas necessidades básicas.
- 1.5 O ser humano foi criado como mordomo da terra, com a responsabilidade de cultivá-la e de utilizar seus recursos para a glória de Deus e para seu próprio bem.
- 1.6 A ordem política foi prevista por Deus como uma forma de ordenar a vida em sociedade, de tal maneira que cada membro desta se realize plenamente em relação com Deus, com a criação, com seus semelhantes e consigo mesmo.

## 2. O pecado

- 2.1 O ser humano, como ser livre, optou por romper o pacto original com Deus, provindo daí a sua alienação básica em relação ao seu Criador, à ordem natural, a seus semelhantes e a si mesmo.
- 2.2 Ao desprezar a Deus, o ser humano perdeu a glória de sua dignidade.
- 2.3 Deslocando a Deus do centro de sua existência, o ser humano fez-se néscio, envaideceu-se em seus próprios raciocínios e se entregou a sistemas e estruturas que oferecem uma falsa segurança. Seu pecado adquiriu, assim, uma dimensão social.

- 
- 2.4 A autoridade política foi ordenada por Deus como um meio de preservar a vida em sociedade, mitigando os efeitos do egoísmo e colocando limites à violência social.

### 3. A redenção

- 3.1 Jesus Cristo, Deus encarnado, se nos oferece como redentor e como paradigma perfeito para todos os homens e mulheres, a fim de que neles se forme a Nova Humanidade.
- 3.2 A igreja é o corpo de Cristo, através do qual Deus penetra no mundo com sua mensagem de conversão e santificação pelo Espírito Santo.
- 3.3 A principal tarefa da igreja é capacitar os crentes a serem homens novos, que reflitam o caráter de Cristo e manifestem o Reino de Deus.
- 3.4 A igreja não é chamada a elaborar propostas políticas específicas, nem a identificar-se com nenhum sistema de organização social, nem a formar partidos políticos.
- 3.5 A igreja é chamada, isto sim, a solidarizar-se com as lutas humanas que visam superar a opressão, a miséria, a ignorância, etc. Por isso, a igreja tem um papel profético que a leva a denunciar os sistemas injustos e a colaborar na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.
- 3.6 O Estado tem relação com o propósito de redenção de Deus, pois é sua tarefa criar um ambiente de tranquilidade e paz que possibilite a proclamação do evangelho em palavra e ação.

---

#### 4. Perspectiva escatológica

- 4.1 Toda a missão da igreja deve ser feita com uma oração ao Senhor: "Venha teu reino". Com isto a igreja expressa o interino, o inacabado de sua missão, pois espera que o Senhor, na sua vinda, purifique e aperfeiçoe tudo o que se fez em seu nome.
- 4.2 Por outro lado, a expectativa escatológica da igreja relativiza todo sistema econômico e toda forma de governo, pois qualquer sociedade, por mais que supere aquela que a precedeu, não é a pátria definitiva que os cristãos esperam, mas apenas uma pátria temporária, até que venha o Reino de Deus na sua plenitude.

## II. PRINCÍPIOS PARA A AÇÃO POLÍTICA

Os princípios fundamentais sobre os quais entendemos que devem atuar os cristãos, a partir da perspectiva de seu compromisso com o Reino de Deus, são os seguintes:

### 1. O valor da pessoa

O ser humano é a realidade suprema e final no marco da ordem temporal. Sua existência plena é o fim último de toda aspiração e organização social. Jamais deve ser considerado como um meio ou colocado como valor secundário. O desenvolvimento integral da pessoa deve ser uma realidade certa para todo ser humano, sem distinção de sexo, idade, raça, credo, ideologia, nacionalidade ou condição social. O fim de toda ação política deve ser possibilitar a todo homem, mulher ou criança uma vida humana plena.

### 2. A Verdade

A prática da verdade é fundamental para

toda relação humana e, conseqüentemente, para toda convivência social. Sem que domine a verdade, a vida social torna-se caótica e anárquica. Só a vivência plena de uma sólida integridade moral nutrida pela verdade pode ser garantia de ordem, liberdade e justiça. A verdade como atitude disciplinada quanto à realidade deve ser a origem e a meta de toda ação política orientada para uma vida humana plena. A verdade é, por sua vez, o meio pelo qual se pode atingir a plena realização da vida humana que a política se propõe alcançar com sua ação.

### 3. A liberdade

A liberdade é impossível sem a prática da verdade. É direito inalienável de todo ser humano e o valor máximo de sua existência como tal. É a capacidade que tem cada ser humano de viver e atuar de uma forma total, na qualidade de pessoa, sem imposições arbitrarias. Esta capacidade vai até onde chega o direito que têm os seus semelhantes de serem também pessoas plenas e completas. Todo programa de ação política deve ter o cuidado de reconhecer a capacidade que tem cada ser humano de se desenvolver a fim de realizar-se como pessoa, e deve facilitar todas as oportunidades e estímulos possíveis para este fim.

### 4. A Justiça

A justiça torna-se impossível, caso a verdade e a liberdade forem frustradas. Por ordem de direito, a justiça é a aplicação da lei com o fim de que cada pessoa consiga a realização de seus direitos e cumpra a imposição de seus deveres na sociedade. Para que estes objetivos se realizem, a administração da justiça tem que ser imparcial, equitativa, acessível, independente, rápida e eficaz. Onde quer que todo ser humano encontre, na ordem jurídica, um

---

recurso onde possa amparar-se do abuso e onde possa defender-se da invasão dos seus direitos, ali haverá justiça. Uma ação política justa é aquela que vela para que a justiça alcance a todos, especialmente os pobres e marginalizados na sociedade. Deve norteá-la um alto sentido social, a fim de que assegure o desaparecimento das odiosas desigualdades no usufruto dos bens e serviços, as quais lesam a pessoa na sua dignidade de criatura segundo a imagem de Deus.

#### 5. A Paz

A paz é filha da verdade, da liberdade e da justiça. Como tal, é o resultado da reconciliação dos elementos díspares da sociedade, sem que estes renunciem a sua identidade nem se elimine a heterogeneidade. A paz só é real e duradoura quando surge de um pluralismo no qual a unidade se verifique na diversidade. Uma ação política responsável procura desenvolver um pluralismo que, com sua riqueza de matizes, enriqueça o corpo social e ofereça a todos a oportunidade de darem a sua contribuição particular para o bem geral.

#### 6. A solidariedade

A solidariedade é a expressão concreta da vontade fraternal de seres humanos que vivem num contexto de verdade, liberdade, justiça e paz. O sentimento de mútua dependência com vistas ao objetivo do bem comum é básico para o estabelecimento de uma ordem social justa. Ninguém pode ser plenamente feliz se os demais não o forem. Uma ação política solidária é aquela que sabe conjugar a capacidade e a ação dos diferentes elementos constitutivos da sociedade, a fim de possibilitar a todos a mais plena realização como pessoas.

## 7. A democracia

A democracia é um sistema de convivência social mediante o qual uma sociedade se organiza com base na participação livre e responsável de todos os seus participantes, na tomada de decisões e na execução das mesmas. Como tal, a democracia é o melhor caminho para se alcançar uma sociedade na qual se imponham os valores supremos que cooperam para o desenvolvimento da pessoa humana. Isto significa que a democracia é um estilo de vida que respeita o exercício de todos os direitos inerentes ao ser humano. Para uma ação política democrática, a democracia não pode limitar-se a meras expressões de caráter jurídico ou político, mas tem de incluir as dimensões econômica e social.

## 8. A política

A política é uma realidade iniludível, uma vez que é a esfera natural da vida humana que facilita o completo exercício da dimensão própria do homem no plano social. A política é um instrumento adequado para o desenvolvimento da verdade, da liberdade, da justiça, da paz, da solidariedade e da democracia entre os homens. Por ser um meio e não um fim, a política tem relação com a situação, a organização, a competência e os direitos próprios dos seres humanos, no objetivo de alcançar os fins que levam ao bem-estar geral.

## 9. A sociedade civil e a sociedade política

É a vontade de Deus que as pessoas se associem, a fim de atingirem o seu pleno desenvolvimento como tais. A família é a primeira e a mais importante das associações. Estas assumem diferentes formas, tais como, sindicatos, grêmios profissionais, partidos, etc. É possível, pois, considerar como natural que os homens que habitam num mesmo território possam,



---

soberanamente, decidir sobre os assuntos que lhes competem. Deste modo, todos os cidadãos fazem parte do Estado, com os conseqüentes direitos e deveres. O governo é o conjunto das instituições que tornam possível a administração do Estado, exercendo um poder que lhes é delegado por aqueles cidadãos. Os governantes são as pessoas designadas para o manejo das instituições do Estado. É importante não confundir a lealdade devida ao Estado com a que se deve outorgar ao governo ou aos governantes.

### III. ÁREAS PARA UMA AÇÃO POLÍTICA RESPONSÁVEL

À luz dos princípios bíblico-teológicos e da ação política, consideramos necessário levar em conta as seguintes áreas para uma ação política responsável:

#### 1. O Indivíduo

- 1.1 A pessoa é o objeto preferido do amor de Deus, que é o único que tem direito sobre sua vida e integridade. Por isso, repudiamos qualquer forma de repressão de caráter político que se manifeste mediante prisões, desaparecimentos, torturas, deportações, despojos e morte.
- 1.2 A função primordial do Estado é assegurar aos indivíduos direitos fundamentais, tais como o direito à vida, à liberdade, à alimentação, ao trabalho, à saúde, à moradia, à educação, à livre associação e a crer ou não, conforme os ditames da sua consciência.
- 1.3 Deus criou o ser humano como homem e mulher. Repudiamos firmemente o grau de exploração machista de que tem sido objeto a mulher na América Latina. Defendemos a igualdade jurídica, trabalhista, profissional, educacional, moral e cul-

---

tural de todos os seres humanos.

- 1.4 Afirmamos os direitos humanos em todo o mundo, e reconhecemos a autoridade da Organização das Nações Unidas (ONU) e organismos similares que visam promover o respeito aos mesmos.

## 2. A Família

- 2.1 Todo ser humano tem direito a formar uma família. A família, como unidade fundamental da sociedade, tem o dever, não só de procriar, mas também de formar melhores seres humanos e cidadãos.
- 2.2 Consideramos necessários a vigência de uma pátria e de uma legislação integral que contemple os direitos de cada um de seus componentes.

## 3. A educação

- 3.1 Consideramos a educação como um direito do ser humano e um dever que compete à família, à igreja e ao Estado.
- 3.2 A educação pública é responsabilidade do Estado e deve ser integral, acessível e gratuita.
- 3.3 Defendemos todo esforço privado que estimule o desenvolvimento de cada pessoa com igualdade.
- 3.4 Defendemos uma educação formativa e metodologicamente atualizada e, ao mesmo tempo, rechaçamos uma educação acadêmica, utilitarista e contrária aos interesses humanos.

## 4. O trabalho

- 4.1 O trabalho é um meio através do qual o ser humano se associa com Deus na sua tarefa criativa no mundo. Todo ser humano tem direito ao trabalho como meio de subsistência e expressão pessoal e social.

- 4.2 É dever do Estado adotar uma política trabalhista que propicie oportunidades de trabalho para todos, conforme sua vocação. Percebemos a necessidade de humanizar e de colocar a tecnologia a serviço do ser humano, e não este a serviço daquela.
- 4.3 Chamamos a atenção a que se estabeleçam relações trabalhistas justas, buscando eliminar a situação de pobreza e marginalidade crescente do trabalhador urbano e rural.
- 4.4 Auspiciamos toda política que se proponha a oferecer um sistema de segurança social, que impeça um despojamento injustificado, diminua as taxas de subemprego e desemprego, e resguarde o poder aquisitivo do salário real do trabalhador.

## 5. A economia

- 5.1 Entendemos a atividade econômica como uma relação social que garanta a satisfação plena das necessidades temporais do ser humano. O objetivo do econômico não visa exclusivamente ao lucro e à acumulação de capital, mas principalmente à inversão social e à produção de bens e serviços de consumo essencial.
- 5.2 Consideramos que os fatores de produção (a terra, o capital, o trabalho e a organização) têm, acima de tudo, uma função social, e seu uso, aproveitamento e exploração devem estar condicionados aos interesses da coletividade e à totalidade da nação.
- 5.3 A autodeterminação econômica é um elemento essencial da soberania dos povos. Por isso, consideramos ser tarefa urgente a recuperação, por parte dos nossos países, das concessões econômicas feitas a grupos e interesses estrangeiros, assim

- 
- como a minorias privilegiadas, que le-  
sam o patrimônio nacional e são atenta-  
tórios à nossa autonomia.
- 5.4 Defendemos a democratização da proprie-  
dade, especialmente da terra, por meio  
de um regime de propriedade que garanta  
o acesso à mesma por parte daqueles que  
a trabalham.
- 5.5 Apoiamos uma nova ordem econômica inter-  
nacional, que assegure a defesa de nos-  
sos recursos naturais e uma participação  
mais justa nos mercados. Da mesma forma,  
insistimos quanto ao estabelecimento de  
relações financeiras equitativas e que  
os recursos científicos e tecnológicos  
possam estar ao alcance de nossos países  
em termos mais favoráveis.
- 5.6 Dada a semelhança da situação sócio-eco-  
nômica dos países latino-americanos, de-  
fendemos uma maior cooperação e integra-  
ção econômica a nível regional e conti-  
nental. De igual modo nos manifestamos  
em favor de uma cooperação mais signi-  
ficativa com outros países do mundo que  
ainda não atingiram o seu desenvolvimen-  
to.
- 5.7 Declaramos que Deus, ao colocar o homem  
como mordomo da terra, não renunciou ao  
seu senhorio sobre a criação. Por isso,  
manifestamo-nos contrários ao mau uso  
do meio-ambiente como resultado de uma  
exploração indiscriminada e irracional  
que ameaça destruir a base biológica de  
nossa existência, degradando a qualida-  
de de vida.

## 6. A saúde

- 6.1 A saúde é a expressão de uma vida plena  
e tanto inclui o físico como o mental,  
o social e o espiritual.

- 
- 6.2 A sociedade deve ter uma estrutura de saúde que cubra a todos os indivíduos de forma adequada. Reconhecemos também a necessidade de que toda comunidade aprenda a defender sua própria saúde.
  - 6.3 A igreja, através de organismos de serviço, deve comprometer-se em promover a saúde.

## 7. A Cultura

- 7.1 Aplaudimos todo esforço privado e estatal que estimule o desenvolvimento dos valores culturais e artísticos das nações.
- 7.2 Incentivamos toda iniciativa que motive a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e a formação humanista para o bem dos povos.

## 8. Os direitos humanos

Alertados pela triste situação dos direitos humanos em nosso continente e em consonância com a Palavra de Deus e a Declaração Universal dos Direitos Humanos:

- 8.1 Comprometemo-nos a lutar em defesa das populações indígenas contra o extermínio físico, social e cultural a que são submetidos; pela preservação dos seus valores culturais e dos recursos naturais necessários à sobrevivência.
- 8.2 Propomo-nos combater o racismo, que afeta especialmente as populações negras do nosso continente, e todo tipo de discriminação social, em particular no campo da educação, da cultura, das relações sociais e do trabalho.
- 8.3 Apoiamos uma ampla defesa dos cidadãos acusados de crimes comuns ou políticos, a proporcionalidade entre a pena e o delito, a integridade física e psíquica do

detido, bem como programas de reabilitação que permitam ao ex-delinquente integrar-se a uma vida social útil.

- 8.4 Reivindicamos medidas em favor dos que estão impedidos, a fim de que gozem de condições de vida e de trabalho e se integrem às instituições e processo sociais; em favor dos idosos, a fim de que tenham o apoio efetivo e os meios de vida até o fim de seus dias; em favor dos estrangeiros, para que não sejam submetidos a discriminações e hostilidades em função de sua nacionalidade.

## 9. As Comunicações

- 9.1 Reconhecemos a influência dos meios de comunicação na promoção e afiançamento de determinadas formas de comportamento, pelo que estes precisam ajustar-se à afirmação da dignidade da pessoa.
- 9.2 Defendemos o direito que tem cada pessoa de estar objetivamente informada, assim como de expressar livremente o seu pensamento.
- 9.3 Declaramos inadmissível a manipulação dos meios de comunicação por parte de determinados interesses particulares ou estatais.
- 9.4 Os meios de comunicação devem estar a serviço da comunidade e abertos a toda manifestação que represente o sentimento de setores minoritários.

## 10. Relações internacionais

- 10.1 Cremos que é fundamental o estabelecimento de uma plena cooperação internacional no aspecto econômico, social e político, através de relações bilaterais e multilaterais, respeitando os princípios da auto-determinação dos povos, a

- não-intervenção e igualdade jurídica.
- 10.2 Incentivamos também a necessidade de se desenvolverem relações mais amplas com o continente africano, principalmente com os povos de origem luso-espanhola.
  - 10.3 Opomo-nos firmemente à corrida armamentista, defendemos a utilização dos meios diplomáticos como forma de solucionar os conflitos internacionais e condenamos terminantemente o uso da energia nuclear para fins bélicos.

#### IV. SUGESTÕES PRÁTICAS PARA A AÇÃO POLÍTICA DOS CRISTÃOS

Baseados nos princípios bíblico-teológicos e de ação política enunciados, animamos o povo evangélico a atuar da seguinte forma, nas áreas mencionadas:

##### 1. Congregações locais

- 1.1 Intercedendo em oração pela nação e suas autoridades, confessando os pecados sociais e agradecendo os benefícios por Deus concedidos.
- 1.2 Ensinando todo o conselho de Deus e formando homens e mulheres, para que vivam segundo os valores do Reino.
- 1.3 Servindo, por todos os meios possíveis, por amor ao próximo, dando atenção especial aos setores menos privilegiados da população.
- 1.4 Declarando o juízo de Deus com respeito aos pecados pessoais e sociais, com vistas ao arrependimento, ao perdão e à reconciliação em Cristo.
- 1.5 Estimulando a consideração para com a situação concreta de nossos povos e a reflexão sobre a responsabilidade cristã frente a ela.

- 
- 1.6 Fomentando entre seus membros uma vida comunitária que seja modelo para toda a sociedade.

## 2. Associações e denominações eclesiásticas

- 2.1 Fomentando a reflexão e a ação comum em torno de interesses e problemas nacionais, regionais e internacionais.
- 2.2 Esforçando-se para alcançar um consenso com relação à identificação dos problemas que a realidade estabelece e as soluções possíveis, a partir de uma perspectiva cristã.
- 2.3 Auspiciando uma educação teológica que contemple a formação política básica dos estudantes e encontros que ajudem o povo evangélico a tomar consciência do seu papel referente à vida nacional.
- 2.4 Reivindicando perante as autoridades as aspirações legítimas da comunidade.

## 3. Movimentos e grupos especializados

- 3.1 Organizando-se em movimentos ou grupos de estudantes, profissionais, trabalhadores, empresários, domésticas, docentes e outros, com o propósito de refletir e atuar em relação aos problemas de nossas sociedades.
- 3.2 Participando conjuntamente em grupos constituídos, como partidos políticos, sindicatos, associações civis, etc. Esta ação deve estar em harmonia com o evangelho e iluminada pela experiência histórica da igreja.

## 4. Crentes como indivíduos

- 4.1 Reconhecendo a validade da autoridade do Estado e, particularmente, de suas



instituições para o ordenamento da vida em sociedade.

- 4.2 Assumindo seus direitos de eleger e/ou ser eleito e de pedir contas às autoridades estabelecidas.
- 4.3 Pagando os impostos e encargos tributários estabelecidos.
- 4.4 Servindo responsabilmente à pátria toda vez que esta o exija e sempre que isto seja compatível com o senhorio de Cristo sobre a sua vida.

### CONCLUSÃO

Ao final da nossa consulta, louvamos a Deus por nos ter permitido reunir para refletirmos à luz da sua Palavra sobre temas de suma importância para a sociedade e a igreja na América Latina. Sentimo-nos oprimidos pela complexidade dos problemas sociais abordados. Tomamos consciência das nossas próprias limitações e das do povo evangélico do qual fazemos parte. Reconhecemos que necessitamos do perdão de Deus por nossa falta de sensibilidade cristã em relação à difícil situação em que vivem nossos povos. Ao mesmo tempo, fomos enriquecidos pela comunhão mútua. Aprofundamos a nossa compreensão das demandas do Reino de Deus neste momento crítico da nossa história. Renovamos nosso compromisso com o Senhor Jesus Cristo, com sua igreja e com as nações nas quais Deus nos colocou para sermos suas testemunhas. Lançamos um apelo a todos os nossos irmãos e irmãs em Cristo, para que se unam a nós no propósito de orar e trabalhar no poder do Espírito Santo, a fim de que o Reino de Deus se manifeste mais plenamente em nossa sociedade. Aos

500 anos de nascimento de Martim Lutero, afirmamos que nossa justificação é pela graça de Deus por meio da fé. Oramos, ainda, para que a nossa fé e a do povo evangélico na América Latina seja sempre a fé que opera pelo amor e se alegra na esperança de novos céus e nova terra, nos quais habita justiça

A Deus seja a glória pelos séculos dos séculos! Amém.

#### CRISTÃOS RICOS EM TEMPOS DE FOME

Ronald J. Sider

Editora Sinodal, 1984 (239 p.)

Finalmente, temos o livro de Sider em português. Com boa apresentação gráfica e numa edição bem cuidada, a tradução já é da nova edição americana, revisada extensivamente pelo autor e que deve estar sendo lançada por esses dias nos EUA. Já conhecida por muitos, a obra divide-se em três partes. A primeira, "*Os cristãos ricos e Lázaro, o pobre*", apresenta uma análise da pobreza no mundo, e do cada vez maior distanciamento entre países ricos e pobres, entre Hemisfério Norte e Hemisfério Sul. A segunda parte, "*Pobreza e riqueza em perspectiva bíblica*", analisa biblicamente os temas pobreza e riqueza, trazendo luz sobre "velhos" textos, que de tanto ler talvez já não liamos mais. Na terceira parte, "*Implementação*", o autor se preocupa em dar sugestões concretas de como